



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA – IPRED

Aos dias vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois, às nove horas trinta teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema, realizada na modalidade presencial.

Membros do Conselho Deliberativo:

ELEITOS:

I – Representantes dos segurados ativos:

Titulares: Rosana Bandeira Nalegaca, Ana Claudia Gonzales de Araújo, Maria Aparecida de Moraes Ribeiro, Fábio Gomes Peixoto. Suplentes: Maria Aparecida Alves Campos, Amarildo Pereira Amorim, Delvane Maria dos Reis Rosa, Michelly Vasconcelos Neves.

II - Representantes dos segurados Inativos: Titular: Evaldo Martins da Silva.

Suplente: Ulisses Woczinski.

INDICADOS:

III - Representantes do Poder Executivo: Membros titulares: José Pereira Barros, Silvana Ferreira Caetano, Robson de Carvalho, Elaine Cordeiro da Silva Rigueira, Fábio Rodrigues.

Membros suplentes: Elisete da Rocha dos Santos, Vanessa Aparecida Gomes Oliveira, Rosa Viviane Moura de Macedo, André Luiz Silva Ramos, Bruno de Souza Seto.

IV – Representantes do Poder Legislativo: Titular: Lucas Nogueira de Araujo Souza.

Suplente: Jorge Luiz Ferreira de Lima.

V – Representantes do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema:

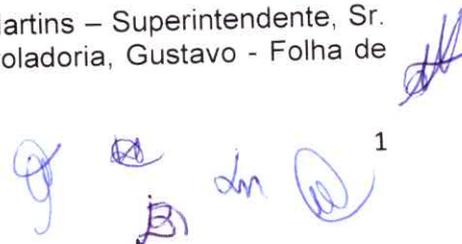
Titular: Katia Cheli Kanasawa. Suplente: Adriana Alves Luna.

Presentes:

Ana Claudia Gonzales de Araújo, Fábio Rodrigues, Kátia Cheli Kanasawa; Fábio Gomes Peixoto, Elaine Cordeiro da Silva Rigueira, Evaldo Martins da Silva, Maria Aparecida Alves Campos, Lucas Nogueira de Araujo Souza.

Suplentes: Adriana Alves Luna, Michelly Vasconcelos Neves.

Estavam presentes representando o Instituto, os Sr. Rubens Xavier Martins – Superintendente, Sr. João Lopes Alves de Almeida - Diretor Financeiro, Ana Lúcia - Controladoria, Gustavo - Folha de Pagamento do IPRED, Wagner – Conselho Fiscal



**PAUTA: Reunião com secretário de Finanças Sr Francisco Funcia e Secretário de Gestão de Pessoas Sr Odair Cabrera**

Ana Claudia inicia a fazendo os questionamentos ao secretário de Finanças Sr Francisco Funcia

1. **Porque dos atrasos dos pagamentos?**
2. **O que vai ser feitos sobre a alíquota suplementar?**
3. **Em que situação esta questão da readaptação dos funcionários?**
4. **O que será feito com a SPDM? Haverá redução dos funcionários de forma gradativa?**
5. **Porque se diminuiu R\$50 milhões no orçamento do IPRED para 2023? O que será feito para se suprir essa diferença?**

Sr Francisco Funcia agradece a oportunidade e dá um panorama da situação financeira do pagamento dos termos de acordo, diz que a PMD desde 2021 mantém em dia o pagamento das contribuições patronais regulares. Fala que encontrou no início de 2021 uma situação financeira precária da Prefeitura com R\$113 milhões de dívidas de curto prazo referente 2017 a 2020, e encaminharam projeto para câmara para criar um fundo de pagamento de restos a pagar, com tratamento metodológico similar aos precatórios, estabelecemos um percentual da receita corrente líquida, que inclusive ela se paga com os próprios precatórios, na época era 2,19% da RCL e durante o ano os precatórios caíram para 1,97% nós mantivemos 2,19% em 2019 e começaram a fazer esses os pagamentos dos restos a pagar junto com a programação normal de pagamentos da prefeitura, interrompendo-se um fluxo de atrasos que vinham se acumulando há vários anos. Informa que atualmente este Fundo de Restos a pagar estão com atraso.

Fez uma explanação geral sobre ordem de cronológica de pagamento, processos licitatórios para explicar o porquê da insuficiência financeira.

Coloca que até março/abril de 2022 deu sequência a esses depósitos e em um primeiro momento, por força de um estudo do conselho do fundo de restos a pagar, que nos indicou para que pudéssemos fazer os pagamentos acima do limite inicial onde liberaríamos os de menor valor, inicialmente até R\$10 mil, depois de até R\$ 25mil, e por fim até R\$100 mil, e houve uma análise do conselho para ampliarmos esse valor antes de chegarmos nos valores mais elevados. A Secretaria de Assuntos Jurídicos nos encaminhou a resposta de possibilidade de ampliarmos para mais uma a escala de valores, e com isso poderemos quitar estes casos, se a resposta fosse pelo indeferimento teríamos que retomar a ordem cronológica com valores extremamente elevados, que não conseguiríamos com 2,19% da RCL pagar 1 único fornecedor. Teríamos que acumular dois meses para realizar um único pagamento. Não conseguiremos até o final do ano chegar ao valor total de 2,19% da RCL total ao ano. Com relação aos pagamentos fornecedores da prefeitura está a partir de abril/maio com atrasos, devido a queda do ritmo esperado da receita. Em média estavam 15 dias da data de vencimento e hoje estamos em média 40 dias de atraso da nossa ordem cronológica, que estamos seguindo rigorosamente. Os fornecedores não podem interromper o fornecimento à prefeitura quando mantemos os atrasos abaixo de 60 dias. Isso garante a credibilidade da Prefeitura diante de seus processos licitatórios evitando cotações com preços elevados, onde o fornecedor embute essa expectativa de atraso no preço. Isso garante melhor qualidade nos serviços e certa economicidade para a prefeitura. Temos essas outras situações, que estou contando, para caracterizar que não houve uma escolha do tipo deixar de pagar o IPRED e todo resto está em ordem, não é o caso.

O que houve foi uma situação financeira que nos exigiu adequar essa situação devido a insuficiência financeira.



Até março e abril de 2022 vínhamos numa situação justa do nosso fluxo de caixa com equilíbrio que refletiu na regularidade dos pagamentos ao IPRED, tinham programado no decreto da execução orçamentaria no início do exercício, para cumprir o que a Lei de responsabilidade Fiscal exige, nós criamos um anexo e dois quadros da previsão bimestral da receita. Um seria a receita efetivamente esperada de arrecadação e o outro viria do conjunto de ações, que estavam sendo preparadas como: cobrança dívida ativa, cobrança amigável de quem não pagou tributos de 2021 (cobrança sem 10 % de honorários advocatícios) e Refis que terminará em 20/12/2022. Aponta que houve uma série de problemas operacionais como correios, envio de e-mails, telefonemas, atualização de cadastros, que a expectativa era de gerar R\$ 20 milhões a mais no 1º semestre e R\$ 80 milhões no 2º semestre, ou seja, R\$100 milhões/ano por essa ação de cobrança ainda não se efetivou.

Refere que segundo levantamento da divisão de apoio de cobrança, da secretaria de Finanças, a Prefeitura tem R\$1,900 bilhão em estoque da dívida ativa, que é mais do que a receita anual. Deste total, R\$ 700 milhões são cobráveis, isto é, que pode ter algum sucesso na cobrança. Já, o restante pode ter uma série de outras coisas a ser feita para receber.

Última etapa iniciará agora em novembro, com atraso, que é a licitação para contratação de empresa que fará a gestão de cobrança, que não é uma terceirização, terá o sistema, telefones, tudo sob nosso comando, para que possamos ainda ter um efeito positivo, mas longe dos R\$ 100 milhões esperados, mas nos preparará para um novo 2023. O fato de não conseguirmos arrecadar esse R\$ 100 milhões, e a partir de maio/junho o comportamento abaixo do esperado, entre outros motivos principalmente a partir de agosto vem com comportamento abaixo do esperado, entre outros motivos pelas medidas adotadas pelo Governo Federal, devido a redução da alíquota do ICMS, nós temos que contar com o dinamismo da receita a partir do mês de junho abaixo do esperado.

Diz que a receita não caiu em relação ao ano passado, mas esperávamos uma receita maior do que estamos tendo. Uma série de medidas de execução de despesas vem sendo adotadas, por exemplo, desde o início do ano 15% do orçamento ficou contingenciado, e ainda a maior parte das dotações das secretarias estão contingenciadas, exceto a de pessoal.

Foram feitas 3 Instruções Normativas neste segundo semestre que procuraram avaliar o ritmo da liquidação da despesa da Prefeitura. Duas foram da Secretaria de Finanças e uma da Secretaria de Finanças e Planejamento juntas. As duas Normativas da Secretaria de Finanças interrompiam por 10 dias as autorizações de liquidação de despesas para avaliar o quadro do conjunto do que já estavam para pagar e do que tinham de empenho a liquidar, pensando num cenário até o final do ano, para trabalhar a adequação da receita. Esta avaliação feita por duas vezes.

E a agora foi dado prazo para todas as secretarias cancelarem os empenhos a pagar, ou seja, coisas que não foram executadas até agora, que podem ser adiadas para 2023. A Instrução Normativa da Secretaria de Finanças e Secretaria de Planejamento, onde as secretarias terão até 10 de novembro, para levantar o que não foi executado até agora, o que está empenhado que tem cronograma e podem ser adiadas para 2023, e com isso onerar o orçamento de 2023. E assim nestes 2 (dois) últimos meses tentamos reduzir essas despesas, na medida do que não foi feito até agora não tem mais porque pressionar o caixa da prefeitura.

Neste cenário das dívidas, no começo de 2021, entre dívidas de curto prazo no valor de R\$ 130 milhões e parcelamentos com diversos credores, entres eles o IPRED, no valor de R\$ 170 milhões, temos quase R\$ 300 milhões de impacto no fluxo de caixa para pagamento de dívida de curto prazo ou de parcelas de longo prazo que estavam acordadas para ser pagas naquele ano. Disse que tiveram que reestruturar a parte da dívida, e dentro dessa reestruturação entrou o IPRED e em janeiro fizeram os novos acordos de parcelamentos.

Neste ano, na parte da dívida, o IPRED acabou sendo atingindo, e estão com parcelas em atraso, estavam tentando manter pelo menos 3 (três) meses em atraso, mas quando chegou em julho/22, não conseguiram mais. No mês passado conseguiram pagar só 1(um) dos parcelamentos, e diz que

3



vão tentar pagar mais 1 dos parcelamentos este mês.

Fala que até metade de 2021 houve uma explosão de casos de Covid, e o Governo Federal cortou recursos, para essa finalidade, no comparativo ao 3º quadrimestre de 2020 os municípios receberam 63% a menos de recurso Federal no primeiro quadrimestre de 2021. E teve a questão do concurso, como não tínhamos como suprir profissionais da saúde diante da necessidade, do que foi detectado, como falta de quadro de pessoal das várias unidades. Diz que o contrato de gestão da SPDM teve um acréscimo na mudança na modalidade e embuti a compra de medicamentos, materiais, pagam a manutenção das unidades. Todos os processos de condições que faz com que a prefeitura gaste menos. Mas que teve que contratar alguns serviços que não estavam sendo possíveis ser realizados diretamente pela Prefeitura com possibilidade de contratar pessoal.

É firme propósito de a gestão reduzir este contrato da SPDM e regularizar toda essa parte dos concursos para colocar profissionais da saúde contratados diretamente, porque sabem que a saúde financeira do IPRED depende das contribuições patronais regulares e da própria contribuição dos servidores e que a medida que contratar pessoal de concurso e substitui o pessoal do SPDM, ou de outros vínculos, dá para a receita do IPRED aumentar.

Coloca que o atraso dos pagamentos decorre dessa insuficiência financeira, que tem um componente estrutural e todo componente conjuntural explanado acima, exceto o tamanho do problema de dívida foi herdado do passado para cá. Por exemplo: Nós não temos CRP, já encontramos a Prefeitura sem o Certificado de Regularidade Previdenciário. Se tem uma coisa que vocês podem dizer, é que, nós buscamos desde o início uma solução estrutural para o IPRED.

Diz que não concorda com a solução que FGV apresentou, pois, a Prefeitura não teria condições financeiras de bancar com os valores do estudo. E não adianta só apresentar uma Lei ou um estudo e vamos pedir o CRP. Não adiantava colocar uma alíquota suplementar que somando com a alíquota regular em janeiro estaria com mais de 50%. Quem é que paga alíquota patronal de previdência acima de 50%?

Esclarece que deveria ter conversado com conselho do IPRED há mais tempo para ter colocado toda essa situação desde o início. O fato de estar fazendo essa conversa agora é um reflexo de que o governo está mudando esta forma que envolve a previdência e o conselho que é parte deste processo. E pode dizer que as secretarias de governo, de assuntos jurídicos, administração, de finanças, de planejamento, todas estão com essa mesma percepção da necessidade de estar envolvendo o conselho do IPRED.

Sobre a alíquota suplementar esclarece que tem agora algo mais definido, pois tiveram que resolver algumas inconsistências na base de dados e estão com 2 (dois) estudos sendo feitos Um da prefeitura e outro do IPRED.

Quando se suspendeu a alíquota suplementar ficou condicionada a se apresentar um plano de amortização, que por 4 (quatro) vezes foi adiado. Neste final ano vão apresentar Projeto de Lei com o indicativo do que se pretende fazer elaborado pela equipe de auditoria previdenciária da PMD para se chegar a 2023 com ações concretas que já vão surgir efeitos em 2023 e tem outras que são expectativas, como estruturação das ações de cobranças que já vão acontecer a partir do final deste ano e em 2023 já estará em andamento normal.

Outro ponto a ser explanado: supondo que a Prefeitura estivesse pagando os R\$ 7 milhões/ mês dos termos de acordo, ainda faltaria R\$ 3 milhões/mês, então, há um buraco no fluxo de caixa do IPRED de R\$ 3 milhões, que pela legislação quem tem de cobrir é a Prefeitura. Na prática a Prefeitura não consegue cobrir os R\$ 10 milhões.

Diz que fez um levantamento das contribuições patronais e pagamentos de acordos repassados pela Prefeitura pagos para o IPRED até setembro/22, que foi de aproximadamente R\$ 60 milhões, e no ano passado foram R\$ 90 milhões.



Fala que desde 2016, comparando com outras prefeituras, Diadema vem perdendo posição na arrecadação ICMS, IPTU, ISS, ou seja, nos últimos anos antes da nossa entrada, não foi feito nada para recuperar a arrecadação da receita da prefeitura. 8 anos sem um trabalho de receita não se resolve em 4 anos, muito menos em 2 anos. Por isso que a solução vai envolver um mix de coisas. Uma delas seria reparcelar a dívida em um prazo maior. Por isso que tem 2 estudos sendo feitos simultaneamente, buscando todas as alternativas.

A alíquota suplementar vai incidir na questão do gasto com pessoal. Por ser alíquota suplementar eu não posso cobrar do ensino. É preciso encontrar outro jeito de injetar recursos financeiros no IPRED de um modo que não desestruture financeiramente a Prefeitura.

Diz que conversou com a superintendente de Ribeirão Preto e uma das soluções para o buraco de caixa foi a contratação de servidores por concurso para aumentar a receita. Esse estudo tem que estar pronto nos próximos dias, pois temos que enviar o Projeto de Lei até metade de novembro para a Câmara, e que acredita que teremos que conversar com o conselho antes desse envio do Projeto de Lei.

Sobre o orçamento de 2023 diz que poderia explicar melhor seria a secretaria de planejamento, mas preferiu trabalhar com transparência, e por isso, temos um ônus, poderíamos ter deixado equilibrado, mas vai ter que ser utilizada a reserva técnica do IPRED. Como não estão com estudo pronto, não temos como estimar exatamente, esperamos que 2024 a prefeitura consiga garantir com a alíquota patronal, e a equação encontrada para o equacionamento do déficit e com as contribuições dos servidores, no mínimo em 2024 comece a zero a zero.

Sr Rubens Martins esclarece aos secretários que todos os conselheiros são da prefeitura, indicados ou não, são todos segurados do Instituto, assim como da direção e grupo de gestão.

Sr Odair Cabrera coloca que no Brasil não existe nenhum Instituto com uma situação tal delicada como a de Diadema. Porque nós temos problemas de todas as ordens, desde fluxo de caixa, de passivo atuarial, que é muito alto. E este problema é agravado porque a fonte de receita do Instituto que é o Tesouro está em dificuldade.

Outra questão básica apontada é que vão contratar mais gente, e precisa ter orçamento e receita. Estão com dificuldade de servidor. Vão repor quadros, mas como trabalhar a folha se o Tesouro está com dificuldade?

Outra questão que preocupa é que a classe de servidores já está na média de idade da metade para frente. Já está na fase de começar a usufruir do benefício. Aqui não foi feita a reforma, todo mundo já está chegando na fase de se aposentar. Cada vez mais vai aumentar essa pressão, cada vez mais vai aumentar as despesas do IPRED, com o aumento do número de aposentadorias do IPRED. Então, mesmo que se contrate mais gente, você vai arrecadar 30%, vai entrar uma pessoa nova na folha do IPRED com paridade com salário integral, com um monte de incorporação, então é uma equação que a tendência é ir piorando. Por isso é importante ter o estudo atuarial.

Uma das alternativas: Fundeb, para a parte que compõem o magistério; Imóveis (apesar de não ter liquidez). Pelo estudo do IPRED teria que aportar mensal de R\$10 milhões/mês, aumento da alíquota patronal e pagamento dos parcelamentos em dia. Então ficaria uma situação muito difícil para compor esse quadro. Diz que começaram o ano 2021 com base de contribuição para alíquota de R\$ 24 milhões e meio, depois abaixo para R\$ 23 milhões e agora que está atingindo o patamar de R\$ 26 milhões porque este ano entraram 600 pessoas na PMD, teve os reajustes salariais, que ajudou a recompor a base de contribuição. Mas em contrapartida a folha do IPRED também cresceu, está em R\$18 milhões. Diz que a folha de pagamento da PMD também cresceu, e entraram 290 cargos temporários, com possibilidade de se tornar cargo estatutário mediante concurso, dependente de projeto de Lei.



Pontou todos os problemas que ocorreram com a empresa do concurso Zambini. Citou o concurso da guarda municipal em janeiro/23, com 100 novos servidores que irão entrar e ajuda na receita, ajuda no IPRED, mas aumenta despesa na Folha. Diz que aprovaram o orçamento, mas se tiver que contratar pessoal vai ter que mexer no orçamento. Não é uma situação fácil, que toda equação passa pelo Tesouro e não tem recurso suficiente para bancar o fluxo de caixa integral. Tirando essa parte do servidor o restante sai todo do Tesouro, e pode ser do Fundeb, alíquota suplementar, aporte, aumento de contribuição patronal, de qualquer carimbo, serão ingredientes discutidos no estudo. E não iremos conseguir resolver a questão do rombo atuarial isoladamente do fluxo de caixa que é um déficit técnico mensal. E não dá para fazer nenhum plano para equilibrar o Tesouro retirando recurso da reserva.

Não tem na reversa, recurso suficiente para bancar o fluxo de caixa integral de R\$18 milhões e mais ainda fazer uma reserva para o futuro.

Ana Claudia se apresenta como presidente do conselho, que está no segundo mandato, repete as questões, e coloca que a maioria dos conselheiros estão neste conselho pela primeira vez, diz que entende que não existe só IPRED, que existe toda uma funcionalidade de uma cidade, relembra o estudo da FGV foi uma das grandes brigas do conselho anterior, e que algumas pessoas que estão aqui presente como Kátia, Aninha, foram contra e sabiam que a proposta era boa porém impagável.

Disse que não tinham uma comunicação aberta e nem uma proposta eficaz para se chegar num senso comum e não ficar um rombo que este governo pegou. Coloca que tem plena consciência e que não defende e nem prejudica A ou B. Diz que tentamos inúmeras conversas. E em 2021, com o Sr Funcia presente no dia 4/01, os conselheiros foram chamados, onde foi nos falado esta questão e depois uma segunda vez também, antes de mudar este conselho, que foi a SPDM que houve um comprometimento do prefeito especificamente aí vem o pico, houve a contratação e houve a prorrogação.

Dentro dessas discussões sabe que muitas coisas não serão resolvidas em 2 ou 3 anos, mas em 10, 15 ou 20 anos como disse o estudo atuarial, mas tem coisa já podem ir se fazendo uma programação como Sr Funcia colocou para serem resolvidas lá frente.

Ana Claudia pergunta para Sr Odair: em que situação esta questão da readaptação/encaminhamentos dos funcionários? Dentro desta organização do IPRED, como esta isso?

Sr Odair responde que conseguiram contratar médico perito e ampliaram o horário de atendimento. Estão com metas, pediram levantamentos periódicos para as áreas do pessoal que estão afastados. Estão pensando ter médico psiquiatra. Acredita que até o final do ano, na parte de RH para servidor haverá melhor atendimento para todas as questões que o servidor precisa, objetivando melhorar a participação do servidor. E estão pensando um plano de ação para a readaptação dos servidores.

Ana Claudia pergunta se o plano de ação da readaptação será para o final deste ano ou só para 2023?

Sr Odair Cabrera responde que os médicos chegaram agora e também vai depender da conversa com as secretarias, principalmente a educação e da saúde, que são áreas e tem o maior número de afastados.

Sr Rubens Martins diz o IPRED está fazendo um estudo com o mesmo banco de dados que PMD, mas com metodologia diferente, e ressalta que é importante a troca de informações entre os atuários da PMD e do IPRED. A ideia é que a partir do déficit técnico a ser apresentado se pense na perspectiva mais imediata o que pode ser feito até dezembro.

Ana Claudia faz um resumo das perguntas e respostas e abre para perguntas. Sobre os atrasos dos pagamentos: envolve questão financeira e exigiu readequar os pagamentos. A partir do mês de junho



a receita foi menor do que esperado. Sobre a alíquota suplementar: estão aguardando resultado do estudo que vai subsidiar o Projeto de Lei que devem encaminhar para câmara no final do ano. Não está descartada a alíquota suplementar, ou aporte ou uma combinação dos dois. Sobre o que será feito com a SPDM: a meta é reduzir os contratos pela SPDM.

Sr Francisco Funcia responde que na medida que houver novos contratados a tendência é ir diminuindo os outros vínculos.

Ana Claudia pergunta se tem um prazo

Sr Francisco Funcia responde que estão vendo com a secretaria de saúde, que está em estudo o desenho desses 2 (dois) contratos da SPDM para os anos de 2023/2024. Depende da estruturação do serviço, combinado com concurso.

Ana Claudia questiona por que diminuiu 50 milhões no orçamento do IPRED para 2023.

Sr Francisco Funcia responde que não tinham um número preciso, pois dependem dos estudos atuarias, para mensurar a necessidade de solução em curto, médio e longo prazo. O que foi detectado é que em 2023 a Prefeitura não conseguirá pagar tudo aquilo que o Instituto precisa para se manter. Nesta perspectiva o Instituto deverá usar parte da reserva financeira. E não vislumbra para 2023 a possibilidade de recuperação da receita. Está em busca de um cenário de equilíbrio para o IPRED a partir de 2024, entre o que a prefeitura pagar mais as contribuições dos servidores sem ter que recorrer ao PL.

Ana Claudia indaga se o valor do orçamento que foi para câmara já foi fechado.

Sr Francisco Funcia responde que o orçamento já foi para a câmara e já antecipo que vai ter déficit, porque vai ampliar a folha de aposentados para o ano que vem. O ideal deveria ser o aumento na mesma proporção da folha do IPRED e das contribuições dos servidores.

Sr Wagner Santana pergunta: como o governo vai equalizar ou liquidar as dívidas que estão em atraso? E se já está atrasando agora como ficará em 2023.

Sr Francisco Funcia responde que dívidas de 2022 farão parte do passivo a ser equacionado para pagamento parcelado para frente. Em 2023 a prefeitura não conseguirá garantir 100% as necessidades do IPRED, mesmo somando o que recebe de contribuição dos servidores, mais a contribuição patronal, mais o pagamento das dívidas, mais a taxa de administração, ainda ficará com déficit. A precisão do déficit dependerá do que for colocado como solução.

Maria Aparecida Campos fala sobre as contratações de CLT e bolsa de trabalho, que sejam por concurso e criação de cargo e não por seleção como está sendo até o momento. E se existe algum plano da Prefeitura em fazer Reforma?

Sr Odair Cabrera diz que a contratação temporária como o próprio nome diz, são emergências, são excepcionais, e cada vez que se faz uma contratação dessa, precisa de um projeto de lei que a câmara deve aprovar. Não existe o cargo agente de apoio escolar, será criado este cargo. Foi feita uma Lei temporária para contratar excepcionalmente por 2 ano de vigência prorrogável por 2. Com os agentes de cozinha, junto com o estudo do sindicato, criar a referência de cozinheiro para valorizar o piso e também entrou no concurso. O Prefeito Filippi sempre colocou como meta fazer concurso. Quanto mais concurso melhor, porque traz receitas, ajuda o IPRED, diminui o número de terceirizados, amplia a ação do servidor. A meta é priorizar os concursos. O concurso dos GCM vai sair agora e já estão trabalhando um novo edital. Os contratados por excepcionalidade, por CLT tem que pagar fundo garantia, a alíquota é muito mais alta.

Sobre a Reforma não tem nada fechado e precisa avaliar a legalidade dessas medidas.

Sr Fábio Peixoto questiona como responder a base, quando sabem dos não repasses por parte da



Prefeitura, mas falam da compra de imóveis por exemplo? Quando haverá concurso para agente administrativo? Gostaria de tirar cronograma para as próximas reuniões?

Sr Francisco Funcia explica que a compras dos imóveis da educação foram feitos com recursos da educação. Não se pode pagar dívidas previdenciária com recursos da educação, mesmo que seja para trabalhador da educação. Neste estudo que está sendo feito, está se verificando dentro do plano de soluções para garantir um incremento de recurso para IPRED o que pode ser feito com os recursos específicos da educação, levando em conta a legislação da educação.

Sr Rubens Martins relata que está sendo levantada como uma hipótese no bojo de eventuais condições alíquota especial de 5% para os professores.

Sr Odair Cabrera diz que sobre o cronograma, sai na primeira quinzena de novembro tem de estar com estudo, o projeto de Lei já estava sendo trabalhado, o prazo termina em dezembro e precisa fazer uma nova legislação.

O concurso para agente administrativo era o cargo que tinha pessoas mais inscritas pela Zambini, teve muita abstenção, estão fazendo o estudo de impacto, mas é um cargo que estão priorizando para todas as áreas.

Adriana Luna pergunta se é feito um estudo de impacto para o IPRED no plano de carreira da GCM. E se conseguiu fazer concurso porque estão contratando pela SPDM?

Sr Odair Cabrera responde que a primeira etapa que faz para um plano de carreira é o estudo de impacto na folha neste ano e para os próximos e tem a previsão no estudo atuarial. Para os GCP já foi feito o cálculo do impacto, já existe um desenho deste plano, são cargo em extinção na vacância, vai mudar a lei, e todo o impacto está contemplado.

A questão da SPDM sobre a saúde tem muita rotatividade, neste concurso que aconteceu já teve várias pessoas que entraram e já saíram, tem muita rotatividade, tem muitos cargos que ainda não supriram. Mas estamos vendo a área.

Kátia Cheli questiona se tem como garantir que os cargos que aposentarem serão repostos por estatutários?

Sr Odair Cabrera responde que sim, que a ideia é essa. Existe um número definido por Lei e não se pode contratar mais do que está na Lei.

Michelly indaga que há tem concurso homologado, porém, existem mais de 900 pessoas esperando para técnico de enfermagem e mais de 400 para enfermeiro e mesmo assim, estão se contratando pela SPDM. Porque está acontecendo isso? Porque não chama da lista de espera?

Sr Odair Cabrera responde que no caso da SPDM existe o contrato de gestão com metas estabelecidas com prazos, para ir reduzindo é preciso adequar no contrato e isso da saúde está fazendo, estamos discutindo com eles, fazer uma readequação de redução no contrato para poder chamar pelo concurso.

Sr Francisco Funcia pede para Michelly repetir os cargos que estão no quarteirão

Michelly cita os cargos de enfermeiro, técnico de enfermagem e eletricitista.

Fábio Rodrigues diz que em setembro contrataram 44 técnicos de enfermagem e em outubro 38 técnicos de enfermagem.

Sr Odair Cabrera completa que esses processos de chamadas demoram, tem o tempo de publicação, pessoas para recepcionar, levar documentos.

Ana Claudia agradece em nome de todos.



Sem, mas eu, Kátia Cheli Kanasawa e Silvana Ferreira Caetano declaramos que redigimos esta ata com término às 12 horas e 22 minutos.

Diadema, 25 de outubro de 2022.

Assinam a ata:

FABIO GOMES PEIXOTO _____

ANA CLAUDIA GONZALES DE ARAUJO *Ana Gonzales* _____

IVALDO MARTINS DA SILVA _____

ADRIANA ALVES LUNA *Adriana* _____

MARIA APARECIDA ALVES CAMPOS *Maria* _____

FÁBIO RODRIGUES _____

ELAINE CORDEIRO DA SILVA RIGUEIRA *Elaine Cordeiro* _____

MICHELLY VASCONCELOS NEVES _____

LUCAS NOGUEIRA DE ARAUJO SOUZA *Lucas* _____

KATIA CHELI KANASAWA *Katia Cheli Kanasawa* _____